

com uma política de reajuste salarial parcelado e com índices abaixo da inflação, têm rebaixado ainda mais o poder de compra das massas.

Os salários baixos obrigam o professorado a acumular cargos em mais de uma rede para compor sua renda. A dupla jornada vem destruindo as condições físicas e intelectuais, provocando uma série de doenças.

As propostas da direção do sindicato são rebaixadas. Defende o que é possível negociar com os governos e não o que é necessário para os trabalhadores.

A Corrente Proletária defende o Salário Mínimo Vital, o que significa que nenhum trabalhador pode ganhar menos do que o necessário para sustentar a si e à sua família. Ou seja, o valor do piso de todos os trabalhadores (professores, funcionários, gestores, etc) não deve ser inferior a R\$4.600,00 por mês. Esse valor, no entanto, deve ser fruto da decisão coletiva dos trabalhadores reunidos em assembleia.

ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE

O salário dos trabalhadores da educação é corroído ano a ano pela inflação. Porém, os governos não recompõem suas perdas. Oferecem migalhas e ainda as dividem em parcelas. Isso faz com que o salário não corresponda mais às suas necessidades vitais. Por isso, defendemos a Escala Móvel de Reajuste. Ou seja, sobe a inflação, sobe o salário. Essa bandeira permite corrigir as perdas provenientes da inflação.

ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO

A extensa jornada dos trabalhadores em Educação é estafante. As doenças relacionadas ao trabalho são cada vez mais frequentes. Por outro lado, existe uma parcela de trabalhadores fora da rede, enquanto que nas escolas faltam professores e funcionários. É preciso defender a redução da jornada sem redução de salário e emprego a todos. A bandeira que unifica os empregados, subempregados e os desempregados é a da Escala Móvel das Horas de Trabalho, ou seja, a divisão de todas as horas e aulas a todos os aptos ao trabalho.

FIM DAS TERCEIRIZAÇÕES E ESTABILIDADE A TODOS OS TRABALHADORES

A terceirização avança a passos largos nos serviços públicos. O que indica precarização das condições de trabalho. Isso por que os trabalhadores terceirizados não têm os mesmos direitos que os trabalhadores estáveis, os salários são ainda mais rebaixados e geralmente são demitidos a cada fim de contrato. Não podemos admitir a convivência entre trabalho terceirizado e efetivo no setor público. A Corrente Proletária defende a bandeira de estabilidade a todos os trabalhadores, sem necessidade de concurso público. Isso porque os concursos, hoje, têm a finalidade de desempregar uma parcela dos trabalhadores. Significa que uma grande parte fica de fora e tem de se sujeitar às condições de contratação precarizadas. O problema do desemprego não será resolvido com concu-

ros públicos.

SISTEMA ÚNICO, PÚBLICO, GRATUITO, LAICO, PARA TODOS E EM TODOS OS NÍVEIS

Assiste-se a um avanço da privatização no ensino. A expansão do ensino superior nos últimos anos se deu majoritariamente no setor privado e em grande parte por meio do ensino a distância. As escolas de ensino fundamental e médio são majoritariamente públicas, mas convivem com as privadas. Nas escolas de educação infantil houve uma expansão gigantesca do atendimento por meio das parcerias público-privadas, que por certo será aprofundada com Dória/PSDB a partir do próximo ano.

Esse avanço no processo de privatização tem buscado também outros mecanismos privatizantes, tais como a interferência direta sobre os currículos, a exemplo da base nacional comum curricular que vem sendo encaminhada pelo empresariado.

A coexistência entre ensino público e privado é antidemocrática. Divide a população entre os que podem comprar o ensino e os que estão obrigados a se sujeitar a escola pública sucateada. Sem dizer que boa parte da rede privada de ensino é subsidiada com recursos do Estado, em detrimento das públicas. A bandeira democrática é de um sistema único público, gratuito e laico para todos e em todos os níveis. O que implica a luta pela expropriação, sem indenização da rede privada e a estatização de todo o sistema, sob o controle de quem estuda e trabalha.

EM DEFESA DO MÉTODO DA AÇÃO DIRETA

Durante o mandato de Haddad/PT, os trabalhadores municipais protagonizaram grandes manifestações e duas grandes greves. Foram milhares às ruas lutar por melhores condições de trabalho, elevação salarial e manutenção das conquistas adquiridas em greves anteriores. No entanto, a truculência de Haddad, combinada à traição da diretoria do SINPEEM, com sua política de conciliação de classe, não permitiu a conquista das principais reivindicações.

A Corrente Proletária defendeu a unidade grevista e os métodos coletivos de ação direta (assembleias massivas, bloqueios, piquetes, ocupações, etc.) para potencializar as greves e derrubar as medidas de Haddad contra os trabalhadores da educação. Mas não teve força suficiente para derrotar a política da direção do sindicato, que suspendeu cada um dos movimentos aceitando migalhas negociados com governo.

Nesse sentido, esse congresso tem como tarefa fundamental a organização da classe para enfrentar as novas medidas de ataque que se apresentam na esfera federal e municipal, com forte tendência de aprofundamento no governo de Dória/PSDB, que inclusive tem o presidente do sindicato como seu aliado.

Portanto, está colocada a necessidade da mais ampla unidade por meio de uma frente única sindical contra os ataques aos direitos e aos salários, por meio da ação direta.



18 a 21 de outubro de 2016

O Congresso deve aprovar uma resolução em defesa da independência de classe.

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:
Congresso deve aprovar um plano de lutas com as reivindicações que unificam os trabalhadores.

Tese da Corrente Proletária na Educação

I. CONJUNTURA

INTERNACIONAL

Somente a destruição do capitalismo pela classe operária colocará fim à barbárie social

A crise econômica mundial que se abateu sobre os países de capitalismo avançado persiste e se aprofunda. Prova disso é o avanço do intervencionismo bélico do imperialismo sobre o Oriente Médio, principalmente sobre a Síria e, consequentemente, sobre o Estado Islâmico. Milhares de mortos, destruição de cidades, paralisação da economia e migração em massa são os resultados desta nefasta guerra de interesses imperialistas. Somado a isso, temos o elevado índice de desemprego na Zona do Euro, em torno de 10%, totalizando 16,3 milhões de desempregados; Estados Unidos, próximo dos 5%, totalizando 8 milhões de desempregados.

A crise de superprodução afetou todos os países de economia capitalista. Dos mais avançados aos mais atrasados. Todos se obrigam a atacar a vida das massas trabalhadoras. As tais medidas de "austeridade" nada mais são que ataques vorazes aos direitos e às condições de vida da maioria explorada. As ações paliativas só postergam e agudizam a quebra. A saída para o capitalismo sempre foi e sempre será a guerra, a destruição em massa de forças produtivas.

Para conter o avanço da barbárie social a classe operária tem que resistir. Precisa colocar em pé o seu partido, o partido mundial da revolução socialista, caracterizado pela estratégia da revolução e ditadura proletárias. O capitalismo terá de ser derrubado pela via insurrecional. Somente a sociedade socialista poderá promover o desenvolvimento das forças produtivas e, consequentemente, a melhoria das condições de vida da maioria.

NACIONAL

A unidade dos explorados barrará os ataques do governo golpista de Temer

O processo de impeachment foi concluído com a vitória do golpismo sobre o PT. Michel Temer, presidente fantoche, tem como tarefa atacar a vida das massas, retirando direitos sociais e trabalhistas. O PT foi extirpado do governo por não ter capacidade de aplicar as medidas antipopulares e antinacionais necessárias para que o Estado pudesse pagar a dívida pública. Temer foi escolhido para cumprir essa tarefa

para a burguesia e para o imperialismo.

No centro das reformas, está a previdenciária. Ataca diretamente a vida de todos os trabalhadores, obrigando-os a trabalhar até a exaustão. Além disso, tende a diminuir o valor das aposentadorias e pensões, causando o rebaixamento, ainda maior, das condições de vida da maioria. No município, o SAMPAPREV foi suspenso até as eleições, o que significa que poderá ser retomado a qualquer momento, impondo um teto para a aposentadoria, criando uma previdência complementar e aumentando o percentual de desconto nas folhas de pagamento.

A reforma trabalhista tem como centro a terceirização e a flexibilização das relações de contratação. Aprovados esses dois aspectos da reforma, os capitalistas ficarão satisfeitos. Poderão explorar os trabalhadores e dispensá-los quando acharem melhor. Outro ataque do governo golpista de Temer é a reforma do ensino médio, que será feita através de Medida Provisória. Esta reforma visa diminuir o papel do Estado na educação pública, retirando disciplinas e criando um currículo flexível. É uma reforma que já vem sendo tentada desde o ano 2000. No entanto, foi barrada pela resistência dos professores em greve. Sua efetivação precarizará ainda mais a vida dos trabalhadores em educação e dos estudantes.

Além disso tudo, há uma massa de 12 milhões de desempregados, acarretando o empobrecimento ainda maior dos trabalhadores. Esse é o quadro nefasto da política de ajuste fiscal promovida pelo governo Temer.

No âmbito estadual, tem a política de arrocho salarial e sucateamento da escola pública. Alckmin/PSDB não poupará esforços para implantar a reforma do ensino médio, como já tentou pelo processo de reorganização escolar durante o ano de 2015. No entanto, a greve de 92 dias e as ocupações promovidas pelos estudantes impediram que seu projeto tivesse êxito.

No município, a eleição para prefeito e vereadores expressou a situação política nacional, ou seja, a retirada do PT do governo federal através do impeachment. Além disso, demonstrou o fracasso da política de conciliação de classes praticada pelo PT e pela CUT. O PT foi esmagado em SP e outras regiões do país, permitindo o crescimento dos partidos burgueses ligados ao golpe contra Dilma. João Dória (PSDB) fará um governo de ataque aos trabalhadores e à

juventude. Cumprirá fielmente os ditames de Temer e Alckmin, aprofundando a política privatista, de retirada de direitos e de arrocho salarial que vinha sendo aplicada por Haddad (PT).

No entanto, há um recado das urnas: as massas rejeitaram a política de conciliação de classes do PT e CUT, mas também rejeitaram a política burguesa. O número expressivo de votos inválidos demonstrou o descontentamento das massas às eleições burguesas. Revelou também a incapacidade dos partidos da esquerda reformista e centrista em erguer as reivindicações e os métodos que atendam às reais necessidades dos explorados.

As correntes de esquerda têm chamado frentes eleitorais para reagir aos ataques dos governos. O erro disso está no fato de que as eleições estão no campo da burguesia. Um partido revolucionário as utiliza somente como tática, nunca como seu objetivo final. Quando intervém nesse campo é para combater as ilusões das massas nessa via, usando a tribuna com o propósito de denunciar o Estado burguês, convocar a luta anticapitalista e defender a revolução e o socialismo. O contrário significa reforçar as ilusões democráticas e arrastar os explorados para um terreno totalmente dominado pelo poder econômico (burguesia).

Sendo assim, diante deste quadro geral, a tarefa do Congresso do Sinpeem é organizar a luta para barrar as reformas que retiram direitos e precarizam ainda mais as condições de vida dos explorados.

Somente uma frente única sindical poderá barrar as reformas arquitetadas pelo governo golpista de Temer. Uma frente que reúna todos os explorados em torno das reivindicações vitais. Somente o método da ação direta (bloqueio de avenidas, ocupações, piquetes etc.), em unidade com a classe operária e demais explorados, barrará os ataques dos governos.

A Corrente Proletária na Educação defende:

- *Abaixo o governo golpista de Temer! Por um governo operário e camponês!*
- *Fim das reformas da Previdência, trabalhista e do ensino médio;*
- *Rechaçar a PEC 241 e o PLC 257;*
- *Organizar a frente única sindical.*

2. POLÍTICA EDUCACIONAL

A CRISE DA EDUCAÇÃO TEM SUAS RAÍZES NA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

O atual contexto é de crise na educação. As greves e ocupações de escolas que ocorreram em 2015 e neste ano, evidenciam o tamanho dos ataques dos governos contra os trabalhadores da educação e contra os estudantes. É preciso entender, no entanto, que a crise na educação, cada vez mais acentuada, tem sua raiz na crise estrutural do sistema capitalista.

A burguesia se baseia nos resultados das avaliações externas (SARESP, ENEM etc.) para justificar as reformas educacionais que pretende impor. Os péssimos resultados

da escola pública, porém, indicam a falência do sistema educacional. O ensino desvinculado da produção social é o responsável pelo fracasso dos estudantes da escola pública. Não há relação nenhuma entre teoria e prática, entre o conhecimento escolar e a realidade, separação criada pelo capitalismo, fruto da divisão social do trabalho. Daí a evasão, a indisciplina, o desinteresse.

O capitalismo em crise, afogado no pântano da superprodução, não pode permitir o livre desenvolvimento das forças produtivas. Por isso bloqueia o acesso da ciência à produção social. Os capitalistas evocam o direito à propriedade privada para justificar esse bloqueio. Sendo assim, a ideia de modernização da escola, com o uso de “novas tecnologias”, não passa de falácia para propagandear as reformas no ensino que, concretamente, visam cortar recursos e verbas da educação pública. O que não é novidade também é que a precarização é a porta de entrada para a privatização.

Como se vê, é preciso refutar a tese da burguesia de que os problemas educacionais estão relacionados às questões pedagógicas e de que uma nova escola ocorrerá com os avanços da tecnologia por meio do ensino técnico.

Em primeiro lugar, porque o acesso às tecnologias esbarra na apropriação restrita destas, dada a miséria da maioria. Em segundo, porque uma nova escola somente será possível em uma nova sociedade. Não é possível reformar o ensino num sistema econômico em decomposição. Não há condições para ensinar nem para aprender. A barbárie penetra a escola sob as mais variadas formas. Além do mais, sob o capitalismo não será possível unir teoria e prática, visto o bloqueio imposto pela propriedade privada dos meios de produção.

RECHAÇAR A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A reforma do ensino médio é a primeira medida do governo golpista de Temer para a educação. Por trás da máscara de “melhoria na qualidade de ensino”, estão o avanço da privatização, o desemprego de milhares de professores, o corte de verbas e a precarização da escola pública.

Há tempos os governos têm tentado impor a reforma do ensino médio como forma de economizar às custas da juventude pobre. As greves impediram que isso ocorresse. Novamente esse projeto nefasto vem à tona. É uma necessidade do capitalismo em crise cortar qualquer investimento público com o ensino e entrega-lo à iniciativa privada. Com isso, dentre outras coisas, encherá os bolsos dos capitalistas. Essa reforma, se aprovada, atingirá os estudantes oriundos da classe operária. É preciso rechaçá-la e defender a bandeira: escola sob o controle de quem estuda e trabalha!

“ESCOLA SEM PARTIDO” X ESCOLA CIENTÍFICA

É preciso desmascarar as falsificações do projeto “Escola sem Partido”. Sob o pretexto de um “ensino neutro”, sem “doutrinação ideológica”, os defensores desse projeto vêm ganhando terreno. Não existe neutralidade. A escola é de classe. Serve aos interesses da burguesia. É ela quem dita o que se aprende nas escolas. Portanto, a ideia de que existe

uma “ideologia esquerdizante” é falsa. Pelo contrário. Aquilo que se aprende sobre desigualdades sociais, opressões e críticas ao capitalismo, nem de longe chegam perto de uma base científica.

Os setores mais conservadores da sociedade, em particular as igrejas, desejam controlar, ainda mais, o ensino. Daí a necessidade de lutar contra a ingerência obscurantista das igrejas e do reacionarismo dentro das escolas. E defender uma escola científica e com total liberdade de expressão.

PELO FIM DA PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil vem sendo sucateada ano após ano. A falta de vagas para essa modalidade de ensino é muito grande. O que demonstra que não há investimento na construção de CEIs e EMEIs. O governo cria creches indiretas e conveniadas para resolver o problema da falta de vagas. No entanto, isso significa o caminho para a privatização e do sucateamento. No caso das EMEIs, a superlotação das salas impera. Como se vê, as condições dos trabalhadores na educação infantil são precárias e a falta de oferta de vagas nessa modalidade de ensino prejudica crianças e mães trabalhadoras. É preciso defender a estatização de toda a rede indireta e conveniada dos CEIs, com a efetivação de todos os trabalhadores contratados, além da construção de EMEIs para garantir vaga a todas as crianças nessa fase escolar, assim como a diminuição do número de crianças por turma.

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O jovem ou adulto que procura pelo ensino noturno para concluir o ensino fundamental geralmente é um trabalhador que precisou largar os estudos em algum momento da sua vida porque o emprego, que é fonte do seu sustento e da sua família, assim o obrigou. Isso é uma realidade. O que os governos vêm fazendo é fechar escolas e/ou salas de aula na EJA, alegando falta de procura. Querem reduzir custos diminuindo a quantidade de escolas que oferecem essa modalidade de ensino. É preciso defender a abertura e reabertura de salas que ofereçam Educação de Jovens e Adultos em todos os bairros. A responsabilidade pelo abandono dos estudos não é do trabalhador, é dos governos. Portanto, todas as escolas devem oferecer a EJA para que todo estudante trabalhador tenha a oportunidade de estudar.

3. POLÍTICA SINDICAL

O conjunto do funcionalismo público e os trabalhadores, em geral, estão sob profundo ataque dos governos e da burguesia (cortes nos recursos da saúde, educação e moradia, reformas da previdência e trabalhista, avanço da terceirização). As direções sindicais e em especial, a diretoria do Sinpeem, que deveriam estar organizando os trabalhadores contra estes ataques, buscam o caminho da conciliação de classes. Um exemplo desta situação é o presidente do Sinpeem ter sido eleito apoiando o futuro prefeito, João Dória, do PSDB, que durante sua campanha, já havia deixado clara a sua intenção em privatizar e terceirizar serviços e setores chaves da administração pública (educação, saúde e segu-

rança), como tem sido feito no governo do estado de SP há mais de 20 anos.

Enquanto as Centrais Sindicais e seus sindicatos se atavam na disputa interburguesa, para condenar ou salvar o governo Dilma/PT, os capitalistas descarregavam o peso da crise sobre os explorados (demissões, rebaixamento salarial, destruição de direitos, elevação do custo de vida e da miséria). Enquanto isso, a maioria oprimida assistia a tudo, de fora, não se posicionando nem por defender, nem por destituir o governo.

A estatização e a burocratização dos sindicatos, que avançam cada vez mais nos últimos anos, fazem com que haja uma perda de sua independência, impedindo uma política classista e revolucionária no seio destas organizações.

A divisão em 13 Centrais Sindicais (certificadas pelo governo) é parte do processo de burocratização e estatização dos sindicatos. A divisão de um mesmo setor (como educação e metalurgia, por exemplo) entre vários sindicatos, é expressão da política divisionista e aparelhista que as burocracias se utilizam para manter seus “feudos” sob controle, o que contribui cada vez mais para desmobilizar os trabalhadores e gerar um clima de desconfiança em suas entidades.

A Corrente Proletária na Educação conclama os delegados a se colocarem contra toda esta política e métodos burocráticos e traidores que há muito infestam nosso sindicato. Chama a defenderem os seguintes pontos:

- *Contra a política de conciliação de classes, em defesa dos métodos próprios dos trabalhadores;*
- *Pela independência de classe;*
- *Pela defesa da unidade sindical e a constituição de uma única central, classista, democrática e operária;*
- *Pela revogabilidade de mandato da direção do sindicato, contra o autoritarismo das direções e contra os congressos diversionistas e manipulados;*
- *Defesa de uma campanha nacional contra as legislações anti-greve e antiterrorista;*
- *Defesa de um balanço dos erros da direção do Sinpeem e pela retomada do método da ação direta, para enfrentarmos as medidas de Temer, Alckmin e Dória.*

4. PLANO DE LUTAS

O congresso tem a função de armar os trabalhadores contra as medidas de ataque dos governos. Devemos ser contrários a um congresso distracionista, recheado de palestras e “shows”. Um congresso verdadeiramente de luta não se desvia de seu objetivo central que é o da defesa da vida dos trabalhadores.

A Corrente Proletária defende um Plano de Lutas que objetiva organizar a resistência dos trabalhadores da educação. Eis seus pontos principais:

SALÁRIO MÍNIMO VITAL

A crise econômica vem obrigando os governos a atacarem as condições de vida dos trabalhadores. O que o trabalhador recebe não é o suficiente para o sustento de sua família. As altas taxas de inflação do último período, combinadas